

INSTITUIÇÕES, EVOLUÇÃO INSTITUCIONAL E HISTORIOGRAFIA ECONÔMICA: A CONTRIBUIÇÃO DE DOUGLASS NORTH

INSTITUTIONS, INSTITUTIONAL EVOLUTION AND ECONOMIC HISTORIOGRAPHY: THE CONTRIBUTION OF DOUGLASS NORTH

Eduardo José Monteiro da Costa¹

Resumo: Este artigo tem por objetivo apresentar os elementos centrais da teoria das instituições desenvolvida por Douglass North para a compreensão da dinâmica econômica em sua perspectiva histórica. Para isso, apresenta as contribuições seminais para o debate, descreve na forma de *survey* a evolução de seu pensamento no que tange a importância das instituições, e apresenta a teoria institucionalista de North em sua visão consolidada, destacando os conceitos mais importantes e o papel da mudança institucional na historiografia econômica.

Palavras-Chaves: Douglass North. Instituições. Mudanças institucionais. Desenvolvimento econômico. Historiografia econômica.

Abstract: This paper aims to present the central elements of the theory of institutions developed by Douglass North for the understanding of economic dynamics in its historical perspective. For that, he presents the seminal contributions to the debate, describes the evolution of his thinking about the importance of institutions, and presents North's institutionalist theory in his consolidated view, highlighting his most important concepts and the role of institutional change in economic historiography.

Keywords: Douglass North. Institutions. Institutional changes. Economic development. Economic historiography.

¹ Doutor em Economia pela Unicamp e professor da Faculdade de Economia (FACECON/ICSA) e do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública do Núcleo de Altos Estudos da Amazônia (PPGGP/NAEA), ambos da UFPA. Correio eletrônico: ejmculfa@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

A história econômica trata sobre o desempenho das economias ao longo do tempo. O objetivo das investigações neste campo não é somente permitir que o passado econômico se torne mais claro, mas também contribuir para a teoria econômica proporcionando um marco analítico que nos permita compreender a mudança econômica (NORTH, 1994b, p. 567, tradução nossa).

Douglass North, 1993 – Abertura do Discurso do Prêmio Nobel de Economia

O que gera o desenvolvimento? Por que a espacialidade do desenvolvimento não é homogênea e ainda convivemos com a dualidade desenvolvimento vs. subdesenvolvimento? Por que não ocorre a convergência natural do desenvolvimento conforme preceitua certa vertente da teoria econômica ortodoxa? Parte das respostas pode ser encontrada nas análises dos processos históricos das sociedades, nas características das instituições econômicas, políticas e sociais que foram por elas criadas e na forma como evoluíram ao longo do tempo.

A partir desta compreensão a historiografia econômica contemporânea tem cada vez mais incorporado em suas análises estudos sobre as transformações institucionais por que passaram determinadas sociedades e de que forma estas impactaram a espacialidade do desenvolvimento capitalista. Para além das análises historiográficas – em especial as pesquisas da Nova Economia Institucional (NEI), e mais recentemente da Nova História Econômica Comparada e da Economia Política Institucional –, esse debate sobre o papel das instituições no desenvolvimento acaba sendo incorporado na agenda de pesquisa de várias escolas de pensamento, impactando decisivamente as suas formulações teóricas; dentre elas podemos destacar as análises do desenvolvimento endógeno, Escola Neo-Schumpeteriana, Escola de Harvard (em especial os trabalhos de Michel Porter) e Nova Geografia Econômica.

A percepção da importância desse debate fez com que ele transcendesse a academia e a partir da década de 1990 passasse a permear o debate político, principalmente por meio da incorporação dessa agenda nas ações e prescrições de diversas organizações internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal/ONU) –, seja para aprimorar o processo de implantação de políticas públicas ou para melhor compreender o processo de formação econômica e social e o desnível de desenvolvimento das sociedades, com certo destaque para as economias da América Latina.

Nesse contexto, se intensifica o debate sobre a explicação do porque a inovação tecnológica acontece em determinados contextos sociais com maior facilidade do que noutros, a relação da cultura com o desenvolvimento, a importância do capital social, a necessidade de consolidação de adequados modelos de governança (seja numa perspectiva pública mais ampla ou no setor privado), a importância da transparência e do *accountability* para as organizações, o debate sobre quais seriam as “boas instituições” ou “boas práticas” que deveriam ser adotadas para o desenvolvimento de uma sociedade, ou mesmo a explicação de simulacros em termos da tentativa de replicação de políticas bem-sucedidas em determinados contextos que, porém, fracassaram noutras realidades.

Forçoso reconhecer que esse despertar de interesse, bem como o espalhamento dessa agenda de pesquisa deveu-se aos esforços dos pesquisadores da Nova Economia Institucional (NEI), alguns dos quais acabaram laureados com o Prêmio Nobel de Economia em decorrência de suas contribuições, como Ronald Coase em 1991, Oliver Williamson em 2009 e Douglas North em 1993, este último em especial pela sua pesquisa sobre o papel das mudanças institucionais na análise da historiografia econômica.

Este artigo, portanto, tem por objetivo analisar os elementos centrais do modelo analítico desenvolvido por Douglass North. Para isso, além dessa breve introdução está dividido em quatro partes.

A primeira apresenta as contribuições seminais para o debate do papel das instituições na análise da historiografia econômica, passando de forma geral pelas formulações da Escola Histórica Alemã (EHA) e pela Escola Institucionalista Americana (EIA), com destaque para as contribuições de Werner Sombart, Max Weber e Thorstein Veblen, sem, obviamente, nenhuma pretensão de se entrar em pormenores.

A segunda procura descrever na forma de *survey* a evolução do pensamento de Douglass North no que tange ao papel das instituições na compreensão da dinâmica econômica em sua perspectiva histórica, e de que forma ele se afasta paulatinamente da Cliometria, passando a dar forma a uma análise institucional própria.

O terceiro item apresenta a teoria institucionalista de North em sua visão consolidada, destacando os seus conceitos mais importantes, bem como o papel da mudança institucional na historiografia econômica. Finalmente, a parte conclusiva procura destacar a agenda de pesquisa que se coloca na atualidade seguindo este aporte teórico.

2 INSTITUIÇÕES: CONTRIBUIÇÕES SEMINAIS PARA O DEBATE

Em 1990 Douglass North publicou o livro **Instituições, mudança institucional e desempenho econômico** como resultado amadurecido de décadas de pesquisas no campo da história econômica e, principalmente, no que diz respeito ao papel das instituições e da mudança institucional na dinâmica de desenvolvimento das sociedades. Logo no prefácio de sua obra o autor anuncia:

A história importa. Importa não só porque podemos aprender com o passado, mas também porque o presente e o futuro estão relacionados com o passado por meio da continuidade das instituições de uma sociedade. As escolhas de hoje e de amanhã são moldadas pelo passado, e o passado só pode se tornar inteligível como um caso de evolução institucional. Integrar as instituições à

teoria econômica e à história econômica é um avanço essencial no aperfeiçoamento dessa teoria e dessa história (NORTH, 2018, p. 9).

Nesse livro North traça as linhas gerais de uma teoria por ele consolidada das instituições e da mudança institucional, sublevando o foco na questão da cooperação humana, em especial as formas de cooperação que possibilitam explicar as diferentes trajetórias logradas pelas nações, algumas de riqueza e prosperidade, outras de pobreza e subdesenvolvimento. Contudo, em que pese o seu protagonismo contemporâneo, North não foi o autor seminal no debate sobre o papel das instituições na economia, seguiu e aprofundou um debate que se iniciou a mais de duzentos anos e que paulatinamente ganhou corpo e amadureceu, mesmo que de forma periférica na academia.

Friedrich List em 1841, ao publicar a obra **O Sistema Nacional de Economia Política**, estabeleceu um importante contraponto a visão liberal inglesa da economia e a Teoria Ricardiana das Vantagens Comparativas, destacando a importância das instituições sociais e das condições objetivas dadas por instituições livres para o desenvolvimento da economia nos territórios germanófonos, ao lado de um claro papel institucional do Estado na defesa da indústria nascente². A importância desse estudo está justamente no fato, apesar de suas deficiências teórico-metodológicas, de ter inaugurado uma agenda de pesquisa que seria enfrentada pela Escola Histórica Alemã (EHA)³, também chamada por alguns de Escola Institucionalista Alemã.

² Ha-Joon Chang, professor e pesquisador da Universidade de Cambridge, quando da publicação em 2002 do livro *Chutando a Escada: A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*, resgata as ideias originais de List e afirma (CHANG, 2004, p. 15): “Ela também é interessante pelo grau assombroso de sofisticação na compreensão do papel da política e das instituições públicas no desenvolvimento econômico.” Chang prossegue citando o próprio List (1885 *apud* CHANG 2004, p. 15): “Por industriais, parcimoniosos, inventivos e inteligentes que sejam, os cidadãos individuais não podem compensar a falta de instituições livres. A história também ensina que os indivíduos derivam grande parte de sua energia produtiva das instituições sociais e das condições que lhes são dadas.”

³ Usualmente a Escola Histórica Alemã é dividida em três vertentes, a Velha Escola Histórica (Wilhelm Roscher, Karl Knies e Bruno Hildebrand), a Nova Escola Histórica (Gustav von Schmoller, Etienne Laspeyres, Karl Bücher e Lujo Brentano) e a Novíssima

As análises desenvolvidas por essa escola partiam do pressuposto de que as categorias econômicas detêm um caráter histórico, sendo inadequada a transposição de metodologias utilizadas nas ciências naturais para as ciências que estudam a sociedade. Haveria, assim, a necessidade de elaboração de uma metodologia específica capaz de dar sustentabilidade à análise histórica e capaz de identificar tendências de comportamento humano oriundas de atitudes psicológicas, compreendendo que o homem é um ser imerso em um complexo social.

Em contraposição ao individualismo metodológico assentado nas decisões maximizadoras, egoístas e utilitaristas do *homo economicus* da Teoria Econômica Neoclássica, haveria um *volksgeist* (“espírito do povo”) que atuaria condicionando o processo de desenvolvimento das sociedades, cabendo a Ciência Econômica o desafio de encontrar por meio da análise historiográfica as regularidades e as instituições que explicassem o desenvolvimento do capitalismo e das nações.

Partido dessa premissa da complexidade comportamental humana, a análise econômica jamais poderia prescindir dos elementos subjetivos, o que compelia ao desafio de elaborar uma análise historiográfica não universalista capaz de compreender as singularidades de cada complexo social – cada nação seria única, singular. Nesse desiderato, a cultura de um povo, os aspectos éticos e morais, as crenças e os valores religiosos, exerceriam decisiva influência nas trajetórias das sociedades.

Essa visão está claramente manifesta nas obras *Der Moderne Kapitalismus*⁴ de Werner Sombart e *Die Protestantische Ethik und der ‘Geist’*

Escola Histórica (Arthur Spiethoff, Werner Sombart e Max Weber), existindo diferenças metodológicas entre elas e, inclusive, um debate sobre a possibilidade ou não desse corpo analítico ser considerada uma escola de pensamento. Contudo, como não é o objetivo deste artigo entrar nestes pormenores, recomendamos os seguintes trabalhos para quem quiser se aprofundar no assunto: Rhia (1985), Schumpeter (1987), Betz (1988), Streissler e Milford (1993), Peukert (2001), Hodgson (2001), Shionoya (2005), Tribe (2007), Máximo (2010) e Dias (2015).

⁴ Em português: O Capitalismo Moderno.

*des Kapitalismus*⁵ de Max Weber que se lançam no desafio de compreender o *geist* como representação das motivações dos agentes, compreendidos como imersos em determinados sistemas socioculturais. Assim, enquanto Sombart procurou identificar as origens do capitalismo moderno buscando compreender o “espírito” de competição e acumulação aliado à racionalidade econômica⁶, Weber buscou na Reforma Protestante a conformação de um padrão de comportamento mais adequado a lógica do capitalismo.

O trabalho desenvolvido pelos pesquisadores da EHA, trazendo efetivamente as instituições para dentro de uma agenda sistemática de pesquisa, acabou exercendo influência na formação de novas escolas de pensamento, como a Escola Institucionalista Americana (EIA) no início do Século XX.⁷

De uma forma geral as concepções analíticas da EIA também partiam de uma forte crítica a Teoria Econômica Neoclássica, sobretudo, por considerarem as suas análises reducionistas com ênfase no alcance do equilíbrio estático ao invés da busca pela compreensão do processo econômico enquanto processo dinâmico (LOPES, 2013).

As concepções iniciais dessa escola de pensamento surgem com Thorstein Veblen e foram amplamente difundidas nos Estados Unidos por meio de seu livro **A Teoria da Classe Ociosa** publicado em 1899⁸, obra

⁵ Em português: *A Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo*. Apesar da tradução em português no título do livro ser “espírito”, o termo *geist* pode também ser traduzido, dependendo do contexto, como consciência, mente, intelecto, ânimo ou até mesmo fantasma.

⁶ Em *Der Moderne Kapitalismus* Werner Sombart procura diferenciar o Capitalismo Moderno dos sistemas anteriores em função da organização baseada na propriedade privada e economia de trocas, das tecnologias desenvolvidas a partir do século XVIII e dum “espírito” de competição e acumulação aliado à racionalidade econômica. Para uma maior imersão no assunto recomenda-se Riha (1985).

⁷ A influência da EHA na EIA é assinalada por Schumpeter (1987), Hodgson (2001) e Máximo (2010).

⁸ Como pilares da Escola Institucionalista Americana se agregam John Commons e Wesley Mitchell. Contudo, pelo fim aqui proposto a nossa análise se limitará a visão sobre instituições desenvolvidas por Veblen.

através da qual procurou incorporar na análise econômica a explicação da conduta social do homem a partir de conceitos como hábitos, instinto e instituição, que exerceriam na evolução econômica, ao serem transmitidos geracionalmente, um papel semelhante aos genes da Biologia (OLIVEIRA JUNIOR, 2011; SIMÕES, 2014).

Os hábitos, derivados de comportamentos repetitivos dos agentes ao procurarem atingir determinados fins, são moldados pelo contexto social no qual estão imersos e transmitidos através da cultura. Ao se tornarem um padrão coletivo de comportamento acabam por conformar as instituições políticas, econômicas e sociais. Ou seja, em última instância as instituições seriam essencialmente formas de pensar compartilhadas (LOPES, 2013).

A evolução da estrutura social ocorreria por meio de um processo de seleção adaptativa de instituições, que juntamente com as relações legais exerceriam forte influência nas atividades econômicas. Desta forma, para Veblen, a incorporação das instituições na análise econômica representava um avanço teórico pois permitiu que os economistas saíssem de uma análise estática para um modelo social dinâmico capaz de refletir uma visão histórica e evolutiva do processo de transformação econômica e social, colocando a ação humana dentro de uma realidade social plural, e não meramente hedonista, passiva, inerte e imutável. Assim, em sua perspectiva, a Ciência Econômica deveria ser evolucionista, incorporando na agenda de pesquisa problemáticas sobre o desenvolvimento cultural e institucional (DOMINGUES, 2015).

A problemática das instituições recebe novo impulso com a entrada no debate dos pesquisadores que foram agrupados naquilo que se convencionou a chamar de Nova Economia Institucional e que teve em Ronald Coase, por meio do artigo *A Natureza da Firma* publicando em 1937, o impulso inicial. Coase pela primeira vez colocou a noção de que as relações que os agentes estabelecem no mercado envolvem custos concretos e por isso mereciam ser melhor compreendidas, introduzindo o

conceito de custos de transação – destacando a importância dos direitos de propriedade para a estrutura institucional e adequado funcionamento da economia. Oliver Williamson aprofunda essa agenda de pesquisa analisando a governança econômica, especialmente nos limites da firma, ampliando a compreensão dos custos de transação para o ambiente de negócios.⁹

Entretanto, foi Douglass North que – ao incorporar o papel das instituições na análise da história econômica e na explicação dos desníveis entre as nações – promoveu maior impacto nos estudos sobre a historiografia, a teoria e o desenvolvimento econômico.

3 DOUGLASS NORTH: DA CLIOMETRIA PARA A ANÁLISE DAS INSTITUIÇÕES

Nascido em Cambridge, Massachusetts, no ano de 1920, Douglass North concluiu o seu doutorado em economia na Universidade da Califórnia em Berkeley em 1952. Lecionou na Universidade do Estado de Washington em Seattle de 1950 a 1983, quando assumiu a titularidade da cátedra Henry R. Luce of Law and Liberty do Departamento de Economia da Universidade Washington, em St. Louis, Missouri, a ocupando até o seu falecimento em novembro de 2015 aos 95 anos.

Desde cedo North demonstrou interesse pelos estudos na área de história econômica, sendo um dos pioneiros nos Estados Unidos a aplicar o instrumental analítico neoclássico com o uso de métodos quantitativos para a análise da historiografia econômica. Por isso é considerado um dos precursores da Nova Escola Histórica, também conhecida como Cliometria – uma alusão a deusa mitológica grega Clio, musa da história (SALAMA, 2009).

Este viés analítico já aparece em seu estudo pioneiro **The Economic Growth of the United States, 1790-1860**, publicado em 1961 que procurou elucidar as fontes do crescimento econômico dos Estados Unidos desde a sua fundação como nação até a Guerra Civil (NORTH, 1966).

⁹ Sobre os trabalhos de Coase e Williamson recomendo Pondé (2007).

Neste estudo North estabelece com clareza dois períodos econômicos para a economia dos Estados Unidos, um primeiro de 1760 a 1814 no qual a dinâmica econômica decorre de fatores exógenos, em especial a exportação de algodão e o transporte marítimo, e um segundo de 1815 a 1860 no qual a “marcha para o oeste” e o processo de industrialização acabaram sendo os principais determinantes da dinâmica econômica e da crescente prosperidade nacional.

Nessa obra seminal a explicação do crescimento econômico dos Estados Unidos, no período analisado, decorreu fundamentalmente da evolução de sua economia de mercado, com o comportamento dos preços dos bens, serviços e fatores de produção se constituindo no principal elemento explicativo das transformações econômicas no longo prazo. Paradoxalmente, aquele que se tornaria no futuro um dos maiores expoentes na aplicação da análise institucional para a compreensão da dinâmica econômica ao longo da história, afirma que a sua preocupação estava centrada, naquele momento, com o rompimento deliberado com o tratamento dado pelos historiadores econômicos acerca do passado econômico dos Estados Unidos, que segundo ele se preocupavam demasiadamente com a descrição e a mudança institucional e pouca ênfase davam ao processo de crescimento econômico (NORTH, 1966).

O artigo **Sources of Productivity Change in Ocean Shipping, 1600-1850**, publicado no ano de 1968, pode ser considerado o início de sua inflexão analítica (GOLDIN, 1994). De acordo com Gala (2001), North depara-se com um resultado inesperado ao tentar encontrar as causas do aumento da produtividade na indústria de transportes oceânicos, estando estas muito mais relacionadas com as inovações e evoluções institucionais do que em avanços tecnológicos no setor de transporte. North, neste momento, começa a perceber que uma evolução institucional poderia ter um papel mais relevante para o desempenho econômico do que os avanços tecnológicos (GALA, 2001).

No ano de 1970 os artigos **Institutional Change and American Economic Growth: A First Step Towards a Theory of Institutional Change**, publicado em coautoria com Lance Davis, e **An Economic**

Theory of the Growth of the Western World, publicado em coautoria com Robert Paul Thomas, trazem uma nova diretriz analítica ao demonstrarem um afastamento da Cliometria ao lado do esforço de tentar introduzir na análise o papel das instituições, numa clara tentativa superação das limitações do instrumental neoclássico (NORTH; DAVIS, 1970; NORTH; THOMAS, 1970; GOLDIN, 1994; ROBLES, 1998).

Em 1971, novamente em parceria com Lance Davis, North publica o livro **Institutional Change and American Economic Growth** no qual afirmam a importância do enfoque institucional como elemento chave para compreensão do processo de crescimento econômico dos Estados Unidos no século XIX, citando, como exemplos, a política agrícola, o desenvolvimento do sistema bancário e a melhoria da infraestrutura de transporte. Adicionalmente, sustentam que frequentemente a captura dos ganhos com o comércio dependem de modificações nos direitos de propriedade ao lado da adoção de novos arranjos institucionais e formas de organização econômica (NORTH; DAVIS, 1971; ROBLES, 1998).

Esse afastamento da Cliometria torna-se ainda mais notório quando em 1973 North profere um discurso por ocasião da assembleia anual da Associação de História Econômica dos Estados Unidos destacando que a Teoria Neoclássica, em função de suas limitações metodológicas e sua natureza a-histórica, dificultava o estudo das transformações de longo prazo. De acordo com Salama (2009, p. 19), North foi ainda mais longe:

North sugeriu então que os historiadores complementassem os estudos quantitativos e econométricos com algumas correções e ajustes teóricos, particularmente com a incorporação dos custos de transação, dos direitos de propriedade, e da metodologia da escolha pública. North também notou que as instituições estavam sendo negligenciadas pelos historiadores cliométricos, que deveriam voltar-se também ao exame das circunstâncias fora dos mercados. Sugeriu, ainda, que a agenda de pesquisa deveria incorporar outros temas além daqueles aos quais os cliométricos já vinham dando atenção: mudanças de longo-prazo, tendências demográficas, declínios e retrocessos (e não apenas crescimento e evoluções) e economias não ocidentais.

Ainda em 1973, em nova parceria com Robert Thomas, North publica o livro **The Rise of the Western World** no qual procuram estabelecer um marco analítico capaz de explicar a ascensão econômica da Europa Ocidental no período da Idade Média até o século XVIII. Os autores, ao olharem para as tradicionais teorias do crescimento econômico (Solow, Kaldor, Romer, Damodar-Harrod e Ramsey-Cass-Koopmans), apontam que estas confundem as consequências do processo com as causas. Ou seja, inovações tecnológicas, economias de escala, educação e acumulação de capital não seriam as causas do crescimento, mas resultantes de uma adequada matriz institucional. O que os autores propõem, de forma ousada, é uma inversão analítica entre causa e efeito, sugerindo que os arranjos institucionais seriam os elementos propulsores do crescimento econômico (NORTH; THOMAS, 1973; GALA, 2001; 2003a).

Para North e Thomas (1973), a luz desse entendimento, o processo de crescimento econômico de longo prazo da Europa Ocidental só pode ser compreendido através da análise dos arranjos institucionais e dos direitos de propriedade que propiciaram o ambiente adequado para as iniciativas individuais e atividades produtivas.¹⁰

Em 1974, no artigo **Beyond the New Economic History**, North volta a mencionar o papel da Cliometria na historiografia econômica, reconhecendo a sua importância na revitalização da área, mas destacando as suas limitações enquanto aporte analítico. Em sua argumentação as pesquisas desenvolvidas por essa escola expressavam forte conteúdo contrafactual sem a apresentação de uma análise alternativa. Limitavam-se apenas a questões específicas sem a apresentação de uma narrativa das transformações econômicas no longo prazo; além de excluírem das análises os fatores extra mercado, limitando, dessa forma, as variáveis analíticas sobre o processo econômico (NORTH, 1974).

Apresentando claramente um contraponto a essas limitações da Cliometria, North publica no ano de 1981 o livro **Structure and Change**

¹⁰ De acordo com North e Thomas (1973) uma organização econômica eficiente contribui para aumentar a taxa de retorno dos investimentos produtivos, o que serve de estímulo ao crescimento econômico.

in Economic History no qual destaca que o principal objetivo da história econômica é explicar o desempenho e a estrutura das economias ao longo do tempo, claramente ampliando a sua agenda de pesquisa que até então estava limitada a análise do processo de crescimento econômico (NORTH, 1981). Nesse livro North destaca que são as instituições que determinam a dinâmica e o ritmo do crescimento econômico. Assim, as formas de cooperação e competição desenvolvidas pelos seres humanos, bem como os sistemas de aplicação das regras de organização das atividades humanas, são fundamentais para compreender as mudanças econômicas ao longo do tempo.¹¹

Se as instituições passam a ser o elemento motriz da dinâmica econômica, North sente a necessidade, para dar mais densidade em suas formulações analíticas, de avançar no esboço da elaboração de uma teoria das instituições. Destarte, a teoria das instituições de North (1981) é composta por três elementos, uma teoria dos direitos de propriedade, uma teoria do Estado e uma teoria da ideologia: (i) Os direitos de propriedade estabelecem incentivos econômicos individuais e coletivos, ao mesmo tempo em que explicam as formas de organização econômica que os seres humanos estabelecem para reduzir os custos de transação e organização das trocas; (ii) O Estado entra em seu modelo na medida em que de um lado especifica e resguarda a estrutura dos direitos de propriedade; (iii) A ideologia torna-se elemento analítico importante na medida em que é imprescindível para compreender de que modo as diferentes percepções subjetivas afetam a reação dos indivíduos numa realidade objetiva em transformação.¹²

¹¹ De acordo com North (1981, p. 201 e 202, tradução nossa): “As instituições provêm a estrutura dentro da qual os seres humanos interagem. Elas estabelecem as relações cooperativas e competitivas que constituem a sociedade e mais especificamente uma ordem econômica. [...] Instituições são um conjunto de regras, procedimentos consensuais e normas de comportamento moral e ético que limitam o comportamento dos indivíduos [...]”

¹² Para North (1981) a ideologia ajuda a compreender de que forma os indivíduos podem se comportar ante as instituições sociais (“regras do jogo”), havendo em sua compreensão ideologias exitosas que são capazes de incitar os indivíduos a terem um comportamento calculista de custos e benefícios.

4 INSTITUIÇÕES E MUDANÇA INSTITUCIONAL: A TEORIA CONSOLIDADA EM DOUGLASS NORTH

Ao longo das décadas nas quais se debruçou sobre a análise da historiografia econômica North se distanciou progressivamente da Cliometria estabelecendo críticas importantes a elementos dos corpos analíticos da teoria econômica ortodoxa¹³, das teorias do crescimento e do *mainstream* do desenvolvimento.

De acordo com North (1994b) a Teoria Neoclássica não consegue explicar com eficiência os motivos que levam as diferentes performances das economias ao longo do tempo. Possui limitações importantes em seus pressupostos como a suposição de que as trocas ocorrem num mundo sem fricções, sem custos de transação¹⁴, com os direitos de propriedade perfeitamente especificados e com informações fluidas e de conhecimento pleno pelos agentes (ROBLES, 1998).

Para além das críticas já elencadas em North e Thomas (1973) sobre as tradicionais teorias do crescimento, apontando que estas confundem as consequências do processo com as causas, North estabelece críticas

¹³ Conforme North (1994b, p. 567-568, tradução nossa): “A teoria neoclássica é simplesmente uma ferramenta inadequada para analisar e prescrever políticas que induzem o desenvolvimento. Ela se preocupa com o funcionamento dos mercados, mas não sobre como eles se desenvolvem. Como se pode prescrever políticas sem entender o desenvolvimento das economias? Os próprios métodos usados pelos economistas neoclássicos se impuseram sobre o assunto e agiram contra esse desenvolvimento. Essa teoria na forma original, que lhe dava precisão matemática e elegância, modelou um mundo estático e sem fricções. Quando aplicado à história e ao desenvolvimento econômico, concentrou-se no progresso tecnológico e, mais recentemente, no investimento em capital humano, mas ignorou a estrutura de incentivos incorporados nas instituições que determinavam o grau de investimento social nesses fatores. Na análise do desempenho econômico ao longo do tempo, ele continha duas premissas errôneas: i) que as instituições não importam; e ii) que o tempo não importa.”

¹⁴ Conforme North (1994b, p. 569, tradução nossa): “Foi Ronald Coase (1960) quem estabeleceu a relação fundamental entre instituições, custos de transação e teoria neoclássica. O resultado neoclássico de mercados eficientes somente prevalece quando as transações ocorrem sem custo de negociação. Somente sob condições de negociação sem custo os atores alcançarão a solução que maximiza a renda agregada, independentemente dos arranjos institucionais. Quando a negociação tem um custo, as instituições se tornam importantes. E negociar implica um custo.”

ao princípio racional e maximizador do *homo economicus*, afirmando que o altruísmo, ideologias, questões éticas, morais, políticas e religiosas possuem um papel destacado na motivação do comportamento dos agentes (NORTH, 1981; 1990).

Nem mesmo o *mainstream* analítico do desenvolvimento foi poupado de suas críticas. Segundo ele, mesmo depois de quarenta anos de esforços as disparidades no desempenho das economias e a sua persistência ao longo do tempo não foram satisfatoriamente explicadas, sobretudo devido à omissão em suas análises sobre a natureza da coordenação e cooperação humanas (NORTH, 1990).

Essa percepção sobre a inconsistência dada pela teoria aos problemas de coordenação e cooperação humanas levou North, da mesma forma, a questionar o modelo da Teoria dos Jogos que, segundo a sua opinião, não parte de uma hipótese de comportamento humano realista. Em sua perspectiva, o comportamento humano, conforme já destacado, é muito mais complexo do que assume a função de utilidade dos modelos econômicos convencionais (NORTH, 1990).

A partir destas constatações e partindo da premissa de que o mundo econômico é não-ergódico – portanto passivo de mudanças contínuas, inusitadas e atípicas, no qual os agentes precisam de um amplo esforço cognitivo para compreensão dos fenômenos econômicos e sociais (NORTH, 2005; LOPES, 2013) –, e com o objetivo de aperfeiçoar o instrumental analítico ortodoxo¹⁵, North lançou-se no desafio de consolidar uma teoria das instituições e da mudança institucional que lhe permitisse um melhor resultado na análise da dinâmica do desenvolvimento por meio de uma perspectiva histórica. É, neste sentido, no livro **Instituições, mudança institucional e desempenho econômico** publicado originariamente em língua inglesa no ano de 1990 e no discurso por ocasião do recebimento

¹⁵ De acordo com Robles (1998) o modelo analítico desenvolvido por Douglass North é uma modificação da Teoria Neoclássica na medida em que aceita a hipótese fundamental da escassez e as ferramentas da microeconomia ortodoxa, porém, modifica a hipótese de racionalidade ao assumir o pressuposto da informação incompleta e modelos subjetivos da realidade, bem como os retornos crescentes, característico da análise institucionalista.

do Prêmio Nobel de Ciência Econômicas, **Desempenho econômico no transcurso dos anos**, proferido em Estocolmo na Suécia no dia 09 de dezembro de 1993, que o aporte analítico de Douglass North sobre o papel das instituições e da mudança institucional no desenvolvimento econômico alcança o maior nível de amadurecimento.¹⁶

North inicia o seu discurso por ocasião do recebimento do Prêmio Nobel de Ciência Econômica, proferido em Estocolmo na Suécia no dia 9 de dezembro de 1993, afirmando:

A história econômica trata sobre o desempenho das economias ao longo do tempo. O objetivo das investigações neste campo não é somente permitir que o passado econômico se torne mais claro, mas também contribuir para a teoria econômica proporcionando um marco analítico que nos permita compreender a mudança econômica (NORTH, 1994b, p. 567, tradução nossa).

Seguindo esse desiderato, o ponto de partida de seu modelo é o axioma de que as instituições e a estrutura produtiva herdadas por meio de processos históricos singulares geram dinâmicas socioeconômicas diversificadas entre as nações. Isto significa que o desenvolvimento econômico é um fenômeno eminentemente institucional, resultante de complexas interações entre forças econômicas, culturais e políticas da qual fazem parte distintos arranjos institucionais, que conferem diferenças nas trajetórias de desenvolvimento, bem como na forma de organização das diversas organizações da sociedade. Neste sentido, o sucesso ou o fracasso das nações decorrem de sua formação histórica e da forma como as suas instituições foram criadas e/ou evoluíram¹⁷.

Em suma, quando North formula a questão central de sua pesquisa – Por que algumas nações adentram em um caminho de prosperidade

¹⁶ De acordo com Robles (1998), o livro **Instituições, mudança institucional e desempenho econômico** explica com maior rigor e detalhe, do que nos estudos anteriores, três aspectos fundamentais de seu marco analítico: o que são as instituições; como se diferenciam as instituições das organizações; e como as instituições influem nos custos de transação e produção.

¹⁷ North (2018, p. 125): “[...] comparando-se os quadros institucionais que se verificam em países como Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha e Japão com os casos

enquanto outras permanecem na pobreza e na miséria? —, ele encontra a resposta nas instituições e nas organizações que as sociedades construíram ao longo de sua história (NORTH, 1994b). É seguindo esta senda que passamos a seguir a apresentar os conceitos fundamentais de sua teoria: instituições, matriz institucional, organizações, dependência de trajetória (*path dependence*) e ruptura institucional.

As instituições são apresentadas como sendo as “regras do jogo” (normas) socialmente construídas, gozando de aceitação geral pelos membros de um grupo social, que impõem restrições formais e/ou informais e que moldam o processo de interação entre os agentes, ao mesmo tempo em que estruturam incentivos na troca humana, sejam estes de ordem política, social ou econômica¹⁸. Ao fazerem isso as instituições reduzem a incerteza¹⁹ na medida em que conferem uma estrutura previsível de ação por meio da coordenação das expectativas divergentes, criando padrões de comportamento duráveis e rotineiros que estabelecem limites para o conjunto de escolhas dos agentes (NORTH, 1990).

Em Estocolmo, North reforçou esse entendimento:

As instituições estabelecem os limites concebidos pelo homem para estruturar sua própria interação. Estão constituídas por restrições formais (regras, leis, constituições), restrições informais (padrões de comportamento, convenções, códigos de conduta autoimpostos) e suas respectivas características de aplicação. Juntas definem a estrutura de incentivos das sociedades e especificamente das economias (NORTH, 1994b, p. 569, tradução nossa).

de países do Terceiro Mundo ou de países com industrialização avançada no passado histórico, evidencia-se que o quadro institucional é a chave do êxito relativo das economias tanto em determinado momento como ao longo do tempo.”

¹⁸ Logo na abertura do Capítulo 1, North (2018, p. 13) declara: “As instituições são as regras do jogo em uma sociedade ou, em definição formal, as restrições concebidas pelo homem que moldam a interação humana.” Essa visão retorna em seu discurso em Estocolmo, de acordo com North (1994b, p. 571, tradução nossa): “A interação entre instituições e organizações conforma a evolução institucional de uma economia. Se as instituições são as regras do jogo, as organizações e seus empresários são os jogadores.”

¹⁹ Para North (2018, p. 50): “[...] as incertezas decorrem de incompletude das informações a respeito da conduta dos outros indivíduos no processo de interação humana.”

As instituições reduzem – juntamente com a tecnologia empregada – os custos de transação e transformação, bem como o de acesso às informações, envolvidos na atividade humana²⁰. Porém, em que pese o principal papel das instituições seja o de reduzir a incerteza, estabelecendo uma estrutura estável para a interação humana, estas não são necessariamente socialmente eficientes²¹, podendo, conseqüentemente, os custos de transação, produção e acesso às informações diferirem substancialmente entre as sociedades em decorrência de suas diferentes estruturas institucionais.

Portanto, trona-se conveniente repisar, existe um caráter histórico nas trajetórias das sociedades que depende da forma como as suas matrizes institucionais foram conformadas. A compreensão das trajetórias de desenvolvimento das nações depende da compreensão de sua matriz institucional e, para isso, torna-se necessária a análise da conformação de regras e normas, sejam estas formais e/ou informais, que a compõem e formam uma rede interligada que sob variadas combinações moldam o conjunto de escolhas dos agentes em múltiplos contextos, bem como das instituições que garantem a sua aplicação (*enforcement*). Essa hipótese leva ao corolário de que, de um lado, o subdesenvolvimento é resultado de instituições socialmente ineficientes e, de outro, somente com uma mudança institucional os países subdesenvolvidos conseguiriam romper com a sua trajetória de subdesenvolvimento (NORTH, 1990; GALA, 2003a).

A mudança institucional, ao definir o modo como a sociedade evolui ao longo do tempo, pode ser até mesmo mais importante para o

²⁰ North (2018, p. 197): “As instituições proporcionam a estrutura básica por meio do qual, no decorrer da história, os seres humanos têm gerado ordem e buscado reduzir a incerteza na troca. Juntamente com a tecnologia empregada, elas determinam o custo de transação e transformação e com isso a viabilidade e o proveito de participar da atividade econômica.”

²¹ North (2018, p. 36): “As instituições não são necessariamente e nem habitualmente criadas para serem socialmente eficientes; elas, ou ao menos as regras formais, são antes criadas para servir aos interesses daqueles com poder de barganha para formular novas regras [...]. Se economias auferem ganhos com o comércio mediante a criação de instituições relativamente eficientes, é porque, sob certas circunstâncias, os objetivos particulares daqueles com poder de barganha para alterar as instituições geram soluções institucionais que se revelam ou se tornam eficientes.”

desenvolvimento, ao estimular o capital físico e humano, do que o acesso a inovações tecnológicas (NORTH, 1990; GALA, 2001a). Nessa análise, as organizações – entendidas como grupos de indivíduos unidos por um propósito comum – inserem-se como elementos dinâmicos do modelo²². Ao mesmo tempo em que são influenciadas pelo ambiente institucional na qual estão inseridas, as organizações influenciam a transformação desse ambiente num processo que molda a evolução institucional da sociedade. Em síntese, se as instituições são as regras do jogo, as organizações são os jogadores (NORTH, 1990; 1994b).

North (1990) ao firmar a compreensão de que as instituições são dependentes de suas trajetórias prévias – portanto “portadoras da história”²³ na medida em que apresentam fortes relações com suas configurações historicamente herdadas (STRACHMAN, 2000) – estabelece a matriz institucional de uma sociedade como o elo de ligação entre o passado e o presente, e como condicionante do futuro por meio de uma dependência de trajetória; o que realça a importância para a historiografia econômica da compreensão das sequências temporais de eventos e processos sociais²⁴.

O conceito de dependência de trajetória surge, assim, como uma explicação que permite observar a influência do passado sobre o presente e deste sobre o futuro, possibilitando a compreensão das diferenças de desenvolvimento entre países e regiões, decorrentes de processos de auto

²² De acordo com North (2018, p. 16) as organizações incluem órgãos políticos (partidos políticos, Câmaras, Senados, Conselhos e agências reguladoras), corpos econômicos (empresas, sindicatos, fazendas, cooperativas, associações patronais), corpos sociais (igrejas, clubes, sociedades filantrópicas, culturais, etc.) e órgãos educacionais (escolas, universidades, centros de formação profissional).

²³ É importante neste ponto abrir um parêntese para fazer justiça destacando que Douglass North não foi o pioneiro na apresentação desta compreensão histórica da conformação das instituições, Thorstein Veblen, um dos precursores da Escola Institucionalista Americana já colocava em seu trabalho de 1899, **The theory of the leisure class: an economic study of institutions**, que as instituições e as tecnologias uma vez adotadas poderiam gerar um efeito de retroalimentação e reforço de um padrão institucional e tecnológico (HODGSON, 1994, p. 17).

²⁴ North (1990) utiliza o conceito de dependência de trajetória para explicar a diferenças socioeconômicas entre os Estados Unidos e a América Latina, posto que o processo de formação institucional distinto entre as colônias americanas acabou por determinar desempenhos econômicos diferentes.

reforço de suas trajetórias históricas. Assim, uma vez definido um caminho há a atuação de mecanismos auto-reforçantes que fazem com que a matriz institucional fique “trancada” (*lock in*) em uma trajetória, mutável apenas por meio de uma ruptura institucional.

5 CONCLUSÃO

North, a partir das críticas formuladas ao *mainstream* da ortodoxia econômica, paulatinamente se afasta da Cliometria e passa a desenvolver um corpo teórico que se propôs a superar as limitações dessa matriz analítica; e o faz com certo brilhantismo, tanto que passa a ser um dos maiores expoentes da NEI e, por sua contribuição nesse campo, acabou laureado com o Prêmio Nobel de Economia em 1993.

A pesquisa desenvolvida por Douglass North impactou significativamente a teoria econômica contemporânea ao destacar a importância das instituições e da mudança institucional para análise do processo historiográfico, em especial para a historiografia econômica, ao oferecer um ferramental analítico capaz de buscar evidências sobre o porquê algumas nações adentraram numa trajetória de desenvolvimento, riqueza, prosperidade, democracia, justiça social; enquanto outras caminham pelo subdesenvolvimento, pobreza, decadência, autoritarismo e desigualdade.

A cosmovisão analítica desenvolvida conduz ao entendimento de que enquanto a história se constitui como um processo de evolução institucional permanente, a superação do subdesenvolvimento só pode ser alcançada por um processo de ruptura com padrões existentes e envolve, necessariamente, mudanças institucionais, das quais as organizações são os principais agentes. Circunstâncias históricas específicas, de ordem política, econômica ou cultural, podem gerar acontecimentos que impactam as instituições sociais e com isso podem mudar a trajetória de desenvolvimento de uma sociedade.

Cabe a historiografia econômica, nessa trilha aberta por North,

pesquisar na história das sociedades os principais condicionantes institucionais de sua trajetória, a conformação de suas matrizes institucionais, fatos que levaram a certas rupturas institucionais e mudanças de trajetória, bem como a participação e os interesses explícitos, ou mesmo velados, dos agentes e das organizações. Enfim, abre-se uma enorme agenda de pesquisas para a historiografia econômica que permite uma releitura de narrativas históricas e um olhar complementar para a história econômica geral.

Um exemplo da forma como a teoria institucional pode ser usada para fins de comparação entre processos institucionais, históricos e econômicos divergentes é a explicação que North encontrou para as diferenças socioeconômicas entre os Estados Unidos e a América Latina²⁵. Em sua análise um processo de formação institucional distinto acabou por condicionar trajetórias históricas e de desenvolvimento divergente entre Estados Unidos e América Latina na medida em que enquanto no primeiro foram criadas instituições indutoras do desenvolvimento, na segunda as instituições conformadas determinaram um desempenho social diferente.

A contribuição de North traz para centro do debate da historiografia econômica e do desenvolvimento econômico a importância das instituições e abre um enorme leque de temas para pesquisas como a cosmovisão de uma sociedade (cultura, hábitos, valores e religião), processo político, direitos de propriedade, importância do judiciário e do arcabouço legal, mecanismo de incentivo à inovação, por exemplo.

Indiscutivelmente a teoria desenvolvida por Douglass North renova e revigora a agenda de pesquisas da historiografia econômica.

²⁵ A esse respeito ver North (1990).

REFERÊNCIAS

BETZ, Horst K. How does the historical school fit? **History of Political Economy**, v. 20, n.3, p. 409-430, 1988.

CHANG, Há-Joon. **Chutando a escada**: a estratégia de desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

DIAS, Lucas Cardoso Corrêa. A escola histórica alemã de economia política. **Revista Multiface**, Belo horizonte, v. 3, p. 52-55, 2015.

DOMINGUES, Rita Alcântara. A perspectiva institucional e a geografia econômica. **Mercator**, Fortaleza, v. 14, n. 2, p. 7-19, mai./ago. 2015.

GALA, Paulo. A teoria institucional de Douglass North. **Revista de Economia Política**, v. 23, n. 2, p. 276-292, abr./jun. 2003a.

GALA, Paulo. A Retórica na Economia Institucional de Douglas North. **Revista de Economia Política**, v. 23, n. 2, p. 311-323, abr./jun. 2003b.

M, Paulo. **Teoria e Retórica em Douglass North**: Subsídios para uma análise de sua contribuição. 2001. Dissertação (Mestrado em Economia de Empresas) - Fundação Getúlio Vargas, Departamento de Planejamento e Análise Econômica, 2001.

GOLDIN, Claudia. Cliometrics and the Nobel. **National Bureau of Economic Research, Historical Paper**, n. 65, dec. 1994.

HODGSON, Geoffrey H. **How economics forgot history**: the problem of historical specificity in social science. London: Routledge, 2001.

HODGSON, Geoffrey H. Lock-in and chreodic development. In.: HODGSON, G.; SAMUELS, W.; TOOL, M. (Ed.). **The Elgar companion to institucional and evolutionary economics**. Hants: Eduard Elgar, 1994.

LOPES, Herton Castiglioni. Instituições e crescimento econômico: os modelos teóricos de Thorstein Veblen e Douglass North. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 33, n. 4, out./dez. 2013. Disponível em:

[www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31572013000400004 &script=sci_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31572013000400004&script=sci_arttext). Acesso em: 22 mar. 2019.

MÁXIMO, Mário Motta de Almeida. A Guerra dos Métodos: A visão da Escola Histórica Alemã. XIV Encontro Regional da ANPUH-RIO. Rio de Janeiro, 19 a 23 de julho de 2010.

NORTH, Douglass. **Instituições, mudança institucional e desempenho econômico**. São Paulo: Três Estrelas, 2018.

NORTH, Douglass. **Understanding the process of economic change**. Princeton: Princeton University Press, 2005.

NORTH, Douglass. Institutional change: a framework of analyses. University Library of Munich, Germany. Revised 14 dec. 1994a. Disponível em: <https://ideas.repec.org/p/wpa/wuwpeh/9412001.html>. Acesso em: 03 de abril de 2019.

NORTH, Douglass C. El desempeño económico a lo largo del tiempo. **El Trimestre Económico**, v. 61, n. 4, p. 567-583, 1994b.

NORTH, Douglass. **Institutions, institutional change, and economic performance: political economy of institutions and decisions**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

NORTH, Douglass. The New Institutional Economics. **Journal of Institutional and Theoretical Economics**, n. 142, p. 230 – 237, 1986.

NORTH, Douglass. **Structure and change in economic history**. New York: W.W. Norton, 1981.

NORTH, Douglass. Beyond the new economic history. **The Journal of Economic History**, v. 34, p. 1-7, 1974.

NORTH, Douglass. **The economic growth of the United States, 1790-1860**. New York: W. W. Norton & Company, 1966.

NORTH, Douglas; DAVIS, Lance. **Institutional change and american economic growth**. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.

NORTH, Douglass; DAVIS, Lance. Institutional change and american economic growth: a first step towards a theory of institutional change. **Journal of Economic History**, v. 30, p. 131-49, mar. 1970.

NORTH, Douglass; THOMAS, Robert. **The rise of the western world: a new economic history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1973.

NORTH, Douglass; THOMAS, Robert. An economic theory of the growth on the western world. **The Economic History Review**, v. 23, n. 1, 1970.

OLIVEIRA JUNIOR, Antônio de. **Instituição, espaço e desenvolvimento: o Polo Moveleiro de Ubá, MG**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2011.

PEUKERT, Helge. The Schmoller Renaissance. **History of Political Economy**, v. 33, n. 1, p. 71-116, 2001.

PONDÉ, João Luiz. **Nova Economia Institucional**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 2007. v. 1

RIHA, Thomas J. German political economy: the history of an alternative economics. **International Journal of Social Economics**, v.12, n. 3/5, p. 2-248, 1985.

ROBLES, Gustavo A. Prado. El Pensamiento Económico de Douglass C. North. **Laissez-Faire**, n. 9, 13-32, sept., 1998.

SALAMA, Bruno Meyerhof. Sete enigmas do desenvolvimento em Douglass North. **Working Paper**, 14 set. de 2009. Disponível em: <http://abdet.com.br/site/wp-content/uploads/2014/11/Sete-Enigmas-do-Desenvolvimento-em-Douglass-North.pdf>. Acesso em: 22 de Mar. 2019.

SCHUMPETER, Joseph. A. **History of Economic Analysis**. New York: Routledge, 1987.

SHIONOYA, Yuichi. **The Soul of the German Historical School: methodological essays on Schmoller, Weber and Schumpeter**. Boston: Springer, 2005.

SIMÕES, André. Instituições e desenvolvimento econômico: os contrastes entre as visões da Nova Economia Institucional (NEI) e dos neoinstitucionalistas. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 33-54, jun. 2014.

STRACHMAN, Eduardo. **Política Industrial e Instituições**. 2000. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, 2000.

STREISSLER, Erich; MILFORD, Karl. Theoretical and methodological positions of german economics in the Mmddle of the Nineteenth Century. **History of Economic Ideas**, v. 1/2, n. 3/1, p. 43 – 79, 1993.

TRIBE, Keith. **Strategies of economic order: german economic discourse 1750-1950**. Cambridge University Press, 2007.

AGRADECIMENTO

O autor agradece a Faculdade de Economia e ao Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas da Universidade Federal do Pará pelo apoio ao desenvolvimento do projeto de pesquisa “Economia e Religião: A Teologia Reformada e a Dinâmica Socioeconômica do Desenvolvimento Capitalista” que propiciou a elaboração deste artigo.

Texto submetido em 11.03.2020.

Aceito para publicação em 17.11.2020.

